



## **O WORKSHOP- A NORMA DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL: Relato de uma experiência de educação patrimonial.**

**Luana Honório Cruz**  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN/ IPHAN  
luana.cruz@iphan.gov.br

**Fernando Pascuotte Siviero**  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN/ IPHAN  
fernando.siviero@iphan.gov.br

**José Clewton do Nascimento**  
Universidade Federal da Bahia, UFBA/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN  
jclewton@hotmail.com

**Marcelo Bezerra de Melo Tinoco**  
Universidade de São Paulo, USP/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN  
mtinoco@ufrnet.br

**Natália Miranda Vieira**  
Doutora em Desenvolvimento Urbano – UFPE/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN  
vieira.ma.natalia@gmail.com

**Ruth Maria da Costa Ataíde**  
Universidade de Barcelona/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN  
rataide\_58@hotmail.com

### **RESUMO**

Diante do recente tombamento do Centro Histórico de Natal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – e o Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – DARQ/UFRN – promoveram o *Workshop A Norma de Preservação do Centro Histórico de Natal*, uma atividade voltada para os profissionais locais que atuam na área de preservação do patrimônio cultural. Através de palestras, debates, visitas técnicas e atelier de projeto, foram discutidas as diretrizes gerais para intervenções arquitetônicas e urbanísticas no Centro Histórico de Natal, contribuindo para a reflexão sobre a proteção da área e sobre a sua Norma de Preservação. Nesse sentido, este artigo relata esta experiência de educação patrimonial, que desde a sua concepção foi desenhada de forma a proporcionar o diálogo e a ação colaborativa entre os órgãos do poder público federal, estadual e municipal, bem como entre o poder público e a academia. A metodologia empregada, os resultados alcançados e os obstáculos encontrados durante a realização do *Workshop* são alguns dos principais temas abordados.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial. Centro Histórico de Natal. Conservação.

### **ABSTRACT**

After Natal's historic centre was officially declared a historical heritage site, the Brazilian Institute of the National Historic and Cultural Heritage – IPHAN - and the Department of Architecture of the Federal University of Rio Grande do Norte - DARQ/UFRN - organized a workshop about the *Rules of Preservation for Natal's Historic Centre*. It was an activity aimed at local professionals who work with this subject. The general directives for architectural and urban interventions in the area were discussed in lectures, debates, technical visits and practical activities, contributing to a reflexion about the site's preservation. In this sense, this article reports on this experience of heritage education, which, from the beginning, was designed to stimulate dialogue and cooperative action between city, state and federal public authorities, as well as the Academy. Methodology, results and obstacles encountered by the workshop are some of its main themes.

**Keywords:** Heritage Education. Natal Historic Centre. Conservation.

## 1 INTRODUÇÃO

As referências culturais brasileiras, ao serem reconhecidas como patrimônio nacional, tornam-se matéria de controle e ação do Estado, ganham visibilidade social e passam por processos de valoração de diversas naturezas socioeconômicas e culturais. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão federal responsável pela proteção, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural nacional brasileiro, tem adotado várias estratégias na tentativa de responder aos desafios próprios do seu campo de atuação: projetos de restauro, planos de salvaguarda, inventários, dossiês, fiscalização, atividades de formação e educação patrimonial, eventos culturais, prêmios etc. Em paralelo a esta atuação do órgão federal responsável pelas ações de preservação patrimonial, destaca-se o desenvolvimento teórico e crítico acerca do tema, desenvolvido, em grande medida, dentro do ambiente acadêmico e de pesquisa das universidades brasileiras.

No caso específico da cidade de Natal, motivados pelo recente tombamento do seu Centro Histórico, ocorrido em 2010<sup>1</sup>, um grupo de professores do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – DARQ-UFRN realizou uma proposta de programa de extensão voltada para a educação patrimonial de moradores do centro histórico, técnicos dos órgãos de preservação e/ou atuantes na área e população natalense em geral. Esta proposta contava com a parceria do IPHAN-RN e foi submetida ao edital PROEXT 2011 – MEC/SESu<sup>2</sup>.

A referida proposta, apesar de aprovada, não obteve recursos para a sua execução, mas teve como grande mérito a aproximação entre acadêmicos da UFRN e técnicos do IPHAN em torno do objetivo de tornar a preservação do centro histórico de Natal algo concreto e não apenas “legal”. O princípio basilar das reflexões empreendidas era de que o tombamento em si nada significava se este valor patrimonial não fosse reconhecido por todos os atores que se relacionam com o centro histórico de Natal.

Dando continuidade e complementando estas reflexões, o IPHAN-RN realizou uma série de eventos culturais educativos, entre os meses de abril e junho de 2012, junto a diferentes públicos-alvo com o objetivo de informar a população sobre o tombamento do Centro

Histórico de Natal e suas implicações práticas, bem como sensibilizar os natalenses para a importância da participação de todos na preservação efetiva desse patrimônio nacional.

Dentro desse projeto foi prevista uma atividade formativa dirigida ao corpo técnico que atua na área do patrimônio cultural, a qual se materializou num workshop intitulado “A Norma de Preservação do Centro Histórico de Natal”. Este workshop foi realizado durante todo o mês de maio de 2012, através de uma parceria entre a superintendência do IPHAN/RN, coordenadora da atividade, e o Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ-UFRN), contando ainda com o apoio do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN Natal/Campus Cidade Alta.

Além de contemplar o objetivo geral do projeto “Oficinas Educação Patrimonial no Centro Histórico de Natal”, que é promover a discussão sobre as implicações práticas do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de importantes frações de dois dos bairros mais antigos de Natal (Cidade Alta e Ribeira), – mais conhecidos como Centro Histórico de Natal, o *Workshop* teve como objetivo específico definir diretrizes gerais para intervenções arquitetônicas e urbanísticas nesse sítio histórico, contribuindo para a elaboração da Norma de Proteção que incidirá sobre o perímetro tombado pelo IPHAN. Obviamente que esta Norma de Preservação deverá dialogar com a legislação existente que já incide sobre a área.

O presente artigo propõe-se, portanto, a apresentar uma reflexão sobre essa experiência, evidenciando seu desenho e os resultados alcançados.

## **2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS**

Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>3</sup>, já afirmava que “só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é a da educação popular” (ANDRADE, 1987, p.64). Educação popular aqui entendida como educação em e para a massa, educação da população em geral. Observemos, no entanto, que o citado autor se refere apenas à educação. Isso se deve ao fato do termo *educação patrimonial* ter sido cunhado somente em 1983, no âmbito do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos realizado pelo Museu Imperial. Baseado no conceito inglês do *heritage education*, criou-se o conceito e a metodologia de educação patrimonial<sup>4</sup> (HORTA et. al. 1999), que tem sido disseminado pelo IPHAN.

Na década de 1980, o IPHAN assistiu também, sob a direção de Aloísio Magalhães, ao início das reverberações geradas pelas mudanças do conceito de patrimônio histórico e artístico para o conceito de patrimônio cultural. Célebre bandeira levantada por este presidente, o lema: “a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”<sup>5</sup> refletia os novos paradigmas, o olhar e a abordagem antropológicos atribuídos ao patrimônio nacional; e

apontava para necessidade do órgão dialogar e se aproximar da população e das suas referências culturais.

Institucional e socialmente respaldada, essas mudanças, se consolidaram na Constituição Federal de 1988 (artigos 215 e 216), sendo destacável, para esta discussão, o parágrafo 1º do artigo 216:

O Poder Público, *com a colaboração da comunidade*, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.  
(grifo nosso)

No entanto, as estratégias para assegurar o diálogo e a ação colaborativa sugerida no texto constitucional, na perspectiva da proteção do patrimônio cultural nacional, ainda carecem de definições e efetividade. De fato, a educação patrimonial foi incorporada ao leque de ações do IPHAN como espaço e ferramenta fundamental de preservação do patrimônio cultural, entretanto, conforme assinala a arquiteta e pedagoga Cléo Alves de Oliveira, apesar da sua importância, “(...) a educação patrimonial veio sendo concretamente tratada apenas como uma atividade complementar às outras realizadas pelo órgão” (OLIVEIRA, 2011. p.3).

Desde o início da década de 2000, o IPHAN, vem realizando debates sobre educação patrimonial junto à sociedade civil. Entre outras coisas, este processo de reflexão compartilhada motivou a consolidação de um setor específico para educação patrimonial<sup>6</sup>, contribuindo para a formulação de um novo entendimento sobre educação patrimonial. Em julho de 2011, na cidade de Ouro Preto, no contexto do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial, construiu-se a seguinte formulação:

A Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação.

Neste sentido, ações educativas passaram a ser definidas como:

(...) processos educativos [que] devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.<sup>7</sup>

A Educação Patrimonial deixa de ser encarada, então, como mero processo de verticalização de conhecimento e valores para servir de canal e instrumento que possibilitam a participação e apropriação ativa dos atores reconhecimento, valorização e preservação de seu patrimônio cultural.

A partir desse entendimento, tornou-se incoerente a necessidade de um receituário ou de uma metodologia de Educação Patrimonial. Por isso, os debates travados nesses encontros nacionais apontaram para a necessidade de estabelecer-se um conjunto de diretrizes gerais baseados na:

- Amplitude e complexidade do conceito de patrimônio cultural;
- Participação e cooperação entre órgãos públicos, agentes da sociedade civil, movimentos sociais e comunidades;
- Criação de processos educativos dialógicos de acordo com Paulo Freire (2005);
- Compreensão da educação como processos de mediação (VYGOTSKY, 1998);
- Aplicação da ideia de territórios educativos (GADOTTI, et.al. 2004);
- Transversalidade das ações educativas.

A educação patrimonial afirma-se, portanto, como um espaço de diálogo entre o IPHAN e a comunidade, mas traz para o primeiro outras perspectivas de atuação e de posicionamento sobre a cultura. De acordo Oliveira,

A CEDUC considera a Educação Patrimonial como tema de trabalho transversal e proposta política. No que se refere ao conceito, acredita que são oportunidades para discutir e construir a valorização e proteção do patrimônio cultural. Isso faz com que um amplo espectro de atividades seja considerado Educação Patrimonial. Da mesma forma identifica possibilidade educativa em todas as ações finalísticas do IPHAN. (OLIVEIRA, 2011, p.28)

Este entendimento não permite pensar e agir no patrimônio cultural e na educação sem considerá-los campos políticos e ideológicos, e sem localizá-los nas intersecções dos campos social, cultural, econômico. E, neste sentido, não se pode pensar a Educação Patrimonial sem ser pela somatória quântica das complexidades inerentes a cada termo, cujo resultado não são dois, mas apenas um. E, como todo *campo*<sup>8</sup>, é preciso ter consciência dele para conseguir se localizar e responder às tensões, seguindo a dinâmica e especificidade de suas disputas.

Frente a isso, Ana Carmen Jara Casco afirma que o papel da Educação Patrimonial é a realização de processos educativos democráticos e horizontais que: valorizem e promovam o legado cultural local; criem elos de pertencimento entre sociedade, espaço e tempo; enriqueçam culturalmente a comunidade local; desenvolvam canais e mecanismos sociais e políticos participativos (CASCO, 2011, p.3).

Dessa forma, os objetivos institucionais do IPHAN deixam de ser o fim para serem os desdobramentos dos processos educativos cujo foco não está nos bens materiais, mas nos atores envolvidos no processo educacional e nos patrimônios culturais. Para o Estado, cumpre a criação de mecanismos de escuta acurada e canais que possibilitem a participação da sociedade em todo o processo de preservação e salvaguarda do seu patrimônio cultural.

### **3 O WORKSHOP - A NORMA DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL: ESTRUTURA E METODOLOGIA**

É exatamente dentro deste novo contexto de ação do IPHAN, que valoriza ações de educação patrimonial, que se situa a realização do *Workshop - A Norma de Preservação do Centro Histórico de Natal*. Para a efetivação do workshop e como fase de preparação e formatação do evento, o IPHAN/RN buscou a colaboração de órgãos públicos estaduais e municipais, assim como de setores acadêmicos que atuam na área do patrimônio histórico-cultural. Como resultado dessa iniciativa e, apesar das resistências de alguns setores técnicos, o evento conseguiu envolver parte do corpo técnico dos órgãos públicos convidados, que participaram com sugestões sobre o formato do evento<sup>9</sup> e firmou uma importante parceria com a academia, especificamente os professores do depto de Arquitetura da UFRN. Esta parceria entre IPHAN-RN e DARQ-UFRN resultou na organização/ preparação compartilhada do próprio evento, em todas as suas etapas, especialmente, na definição da metodologia mais adequada para se alcançar os objetivos pretendidos, ação esta desenvolvida durante quase dois meses. A proposta despertou o interesse de estudantes e profissionais de perfil diversificado, envolvendo a participação de técnicos dos três níveis de governo, estudantes de graduação e pós-graduação das áreas que atuam na proteção do patrimônio, professores da UFRN e do IFRN.

O *Workshop* foi desenvolvido observando uma sequência de encontros semanais (01 e 02 dias/semana), com uma carga horária total de 40 horas. Como recursos metodológicos foram realizadas sessões de exposições orais e debates temáticos, visitas guiadas pelo Centro Histórico de Natal, seguidas de debate sobre as impressões dos participantes sobre a área; ateliers de projeto urbano e arquitetônico em algumas áreas pré-selecionadas, com ênfase nas diferenças entre as características e particularidades das áreas e edificações inseridas na poligonal de tombamento e entorno. Essas atividades foram emolduradas por uma sessão de abertura que teve como objetivo introduzir a discussão sobre o tema objeto do workshop e uma sessão de encerramento no último dia de trabalho, quando onde foi realizado um balanço das atividades e indicadas algumas diretrizes para a preservação efetiva do Centro Histórico.

O formato escolhido contribuiu para a interação entre os participantes do workshop, assim como a participação ativa destes no processo, os quais abandonaram a posição de meros expectadores e vivenciaram experiências que lhes proporcionaram o contato direto com a área do Centro Histórico de Natal, objeto de discussão, e com os limites e desafios do exercício projetual para as áreas propostas, com vistas à proteção patrimonial. Nessa perspectiva, cabe aqui explicitar, em primeiro lugar, quais foram essas áreas, com destaque para a poligonal de tombamento e entorno delimitada pelo IPHAN, já referida.

### **3.1 O centro histórico de Natal e a poligonal de tombamento do IPHAN**

A evolução do centro histórico de Natal atravessou períodos distintos, desde os primórdios da sua ocupação, marcados por uma estreita relação entre o bairro de Cidade Alta, núcleo

original de fundação da cidade em 1599, e o bairro da Ribeira, segundo núcleo de ocupação a partir do século XVIII. O bairro da Cidade Alta, *locus* do Marco Zero da cidade, existente, portando desde a sua fundação (1599), abriga o tecido urbano mais antigo da cidade, cujo traçado, com características coloniais, remonta aos séculos XVI e XVII e XVIII. O bairro da Ribeira, *locus* e elemento propulsor do crescimento territorial e desenvolvimento sócio – econômico da cidade a partir da segunda metade do século XIX e, principalmente, da primeira metade do século XX, caracteriza-se como um conjunto urbano que se conecta ao bairro da Cidade Alta e abriga edificações que se mesclam ao espaço então existente, e desenham um cenário com feições marcadamente ecléticas, protomodernas e modernas<sup>10</sup>.

Tais características fundamentam a aplicação do conceito de centro histórico para o perímetro atualmente delimitado por esses dois bairros e o bairro das Rocas (figura 1). Apesar do reconhecido valor patrimonial e das recorrentes propostas de intervenção em nível de planos e projetos desde final da década de 1980, apenas parte dessa área é objeto de proteção patrimonial, seja em âmbitos municipais desde finais da década de 1980, por meio das Leis 3.942 /1990 e 4.069 /1992, que instituíram a Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH) e a Zona Especial Portuária (ZEP), respectivamente, seja pela poligonal de tombamento, instituída pelo IPHAN/RN, em 2010, ambas envolvendo parte dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira<sup>11</sup>.

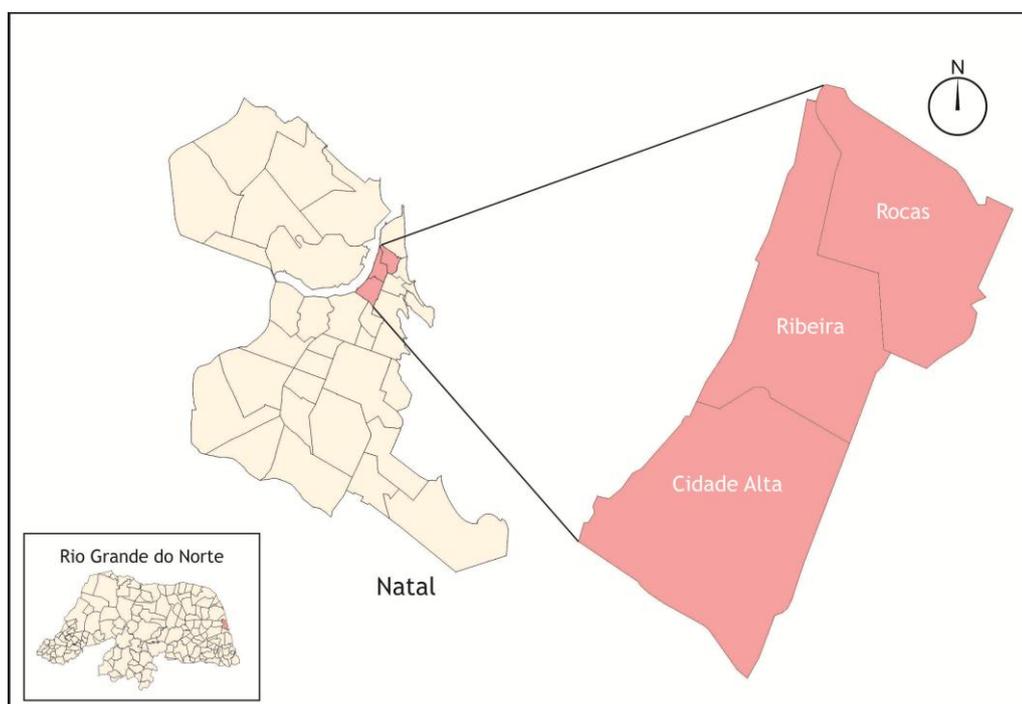


Figura 1: Localização dos bairros da Cidade Alta, Ribeira e Rocas em Natal.  
Fonte: Produção da equipe, 2012.

Ao lado do reconhecido valor patrimonial da área verifica-se a urgente necessidade de reflexão sobre as possíveis intervenções neste patrimônio que garanta a permanência do seu valor de uso de forma compatível com as necessidades contemporâneas. A sua conservação atual consiste no desafio de como lidar com o binômio renovação x preservação. O IPHAN, ao instituir essa poligonal e delimitar uma área de entorno como

merecedora de proteção (figuras 2 e 3) colocou em evidência essa discussão, assim como os limites de proteção do centro histórico de Natal, na qual se evidenciam alguns aspectos merecedores de discussão:

- 1) A poligonal de tombamento em nível federal constitui-se um reforço à proteção municipal, na medida em que também remete para uma ação compartilhada entre esses dois níveis de governo, criando condições para uma maior efetividade Lei da ZEPH.
- 2) A delimitação da área de entorno, numa fração sobreposta a da ZEPH pode comprometer e até confundir a efetividade dessa última, especialmente no tocante às prescrições urbanísticas, que podem ser definidas em níveis mais flexíveis que os atualmente em vigor. Tal comprometimento é mais visível na área de entorno da Cidade Alta, que corresponde aos setores de maior concentração residencial, mais sujeitos as iniciativas individuais de mudanças na tipologia das edificações, cuja proteção e controle urbanístico têm sido garantidos pela ZEPH. Por outro lado, a área de entorno também pode contribuir para ampliar a proteção do centro histórico, na medida em que estendeu os seus limites para uma fração importante do bairro das Rocas, que abriga o conjunto da rede ferroviária e que não está inserida na ZEPH, nem na Zona Especial de Interesse Histórico (ZEIH), delimitada pelo Plano Diretor de 2007.

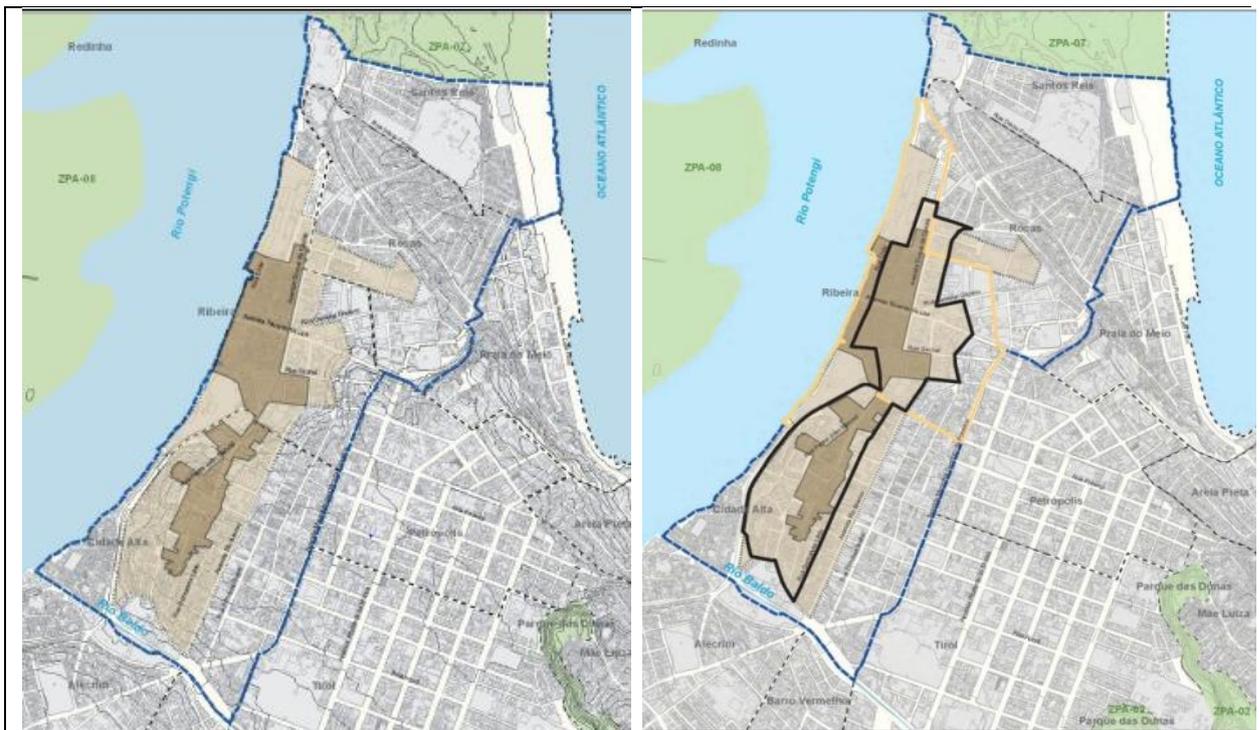


Figura 2: Poligonal de Tombamento e entorno.

Figura 3: Sobreposição com a ZEPH (contorno preto) e a OUR (contorno preto).

Fonte: SEMURB / IBAM, 2010.

O tombamento do Centro Histórico de Natal (2010) em âmbito federal contribuiu para que tivesse início a revisão da Lei de Operação Urbana Ribeira (OUR), atualizada em 2007, a qual foi rebatizada como Operação Urbana Consorciada Centro Histórico de Natal (OUC), cujo perímetro passou a incorporar, além da Ribeira, os bairros de Cidade Alta, Santos Reis

e Rocas e as áreas de interesse social em seu interior<sup>12</sup>. No entanto, a nova proposta limita-se a revisão / ampliação das determinações normativas dos índices urbanísticos aplicados apenas ao bairro da Ribeira, não incorporando projetos de reestruturação urbana, apenas fixando índices máximos de ocupação em áreas de renovação urbana.

Nesse contexto foram definidos os objetivos do workshop objeto de reflexão no presente artigo: discutir e propor diretrizes gerais para intervenções arquitetônicas e urbanísticas no Centro Histórico de Natal, a partir da reflexão sobre a norma de proteção existente em âmbitos municipais, contribuindo para a construção da Norma de Preservação para a proteção federal. Nessa perspectiva e observando a estrutura metodológica referida, apresentamos a seguir um resumo das atividades realizadas.

### **3.2 Sessões temáticas**

Ao longo das quatro semanas do workshop e de forma alternada com as outras atividades, foram realizadas cinco sessões temáticas:

- dia 01: sessão de abertura com uma mesa redonda composta por duas palestras introdutórias sobre o centro histórico;
- dia 02: uma exposição seguida de debates sobre uma análise urbanística, paisagística e arquitetônica do centro histórico, incluindo uma reflexão crítica das ações normativas e dos planos e projetos elaborados e/ ou executados;
- dia 03 e 04: duas exposições sobre as características das áreas delimitadas para reflexão e diretrizes de projeto para os perímetros da poligonal tombamento e do entorno;
- dia 05: sessão de encerramento com a síntese das discussões realizadas e os encaminhamentos.

A mesa redonda da sessão de abertura que ocorreu imediatamente após a abertura oficial do evento, coordenada pelo IPHAN/RN, foi constituída pelos representantes do IPHAN e da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente<sup>13</sup>. As duas exposições cumpriram o papel de apresentar as questões centrais que seriam abordadas no evento, com dois enfoques: uma apresentação do IPHAN-RN sobre o tombamento do Centro Histórico de Natal e suas implicações práticas, assim como os estudos que fundamentaram o tombamento, com destaque para os valores do tombamento e as leis que regulamentam o patrimônio cultural nacional. Outra, pelo representante da Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo de Natal - SEMURB, que realizou um breve histórico sobre o contexto normativo incidente sobre o centro histórico com destaque para a ZEPH e a proposta de Lei da Operação Urbana Centro Histórico de Natal, tendo o recente tombamento do Centro Histórico como um dos seus pontos balizares<sup>14</sup>.

As sessões de debates temáticos foram realizadas nos dias 03 (tarde), 11 e 18 (manhã) de maio de 2012 e tiveram como objetivo a discussão da situação atual do centro histórico de Natal, desde a perspectiva urbanística, paisagística e arquitetônica, com ênfase nos instrumentos e ações dirigidas à proteção patrimonial. Além disso, os debates também foram orientados pelas reflexões dos participantes sobre a área, tomando como referência as visitas técnicas realizadas na manhã do mesmo dia nos dois núcleos principais do centro histórico, conforme comentado no item anterior: os bairros da Cidade Alta e Ribeira.

As sessões foram orientadas pela análise desses dois bairros no contexto da proteção patrimonial, sendo estruturadas em duas partes: uma breve exposição com uma análise/síntese, seguida de debates e reflexões propositivas, nas perspectivas referidas. Para os dois momentos e tendo como referência a proteção patrimonial, a análise esteve centrada, principalmente, na fração delimitada pelo IPHAN como objeto de proteção em âmbito federal e definida como poligonal de tombamento e entorno.

### **3.3 Visitas técnicas - Cidade Alta, Ribeira/Rocas - reconhecendo o objeto de intervenção**

Logo no primeiro dia das atividades do workshop foram realizadas duas visitas técnicas nos bairros da Cidade Alta e da Ribeira/Rocas, em parte dos trechos delimitados pela poligonal de tombamento e entorno. Para essas visitas os participantes foram divididos em dois grupos, os quais percorreram o circuito selecionado previamente pela organização do evento, tendo a oportunidade de entrar em contato com a área e vivenciar os problemas que seriam, posteriormente, objeto de discussão e exercício projetual nas atividades de atelier previstas na programação.

O grupo da Cidade Alta, guiados por **Omitido para Revisão Cega** (IPHAN-RN) e **Omitido para Revisão Cega** (DARQ-UFRN), saiu do prédio histórico<sup>15</sup> que atualmente abriga o Campus Natal Cidade Alta do IFRN. Antes de iniciar o percurso, foram dadas algumas orientações gerais sobre a visita e os participantes puderam relatar qual a sua relação com o Centro Histórico de Natal. O grupo que percorreu o trecho do sítio histórico correspondente a trechos dos bairros da Ribeira e Rocas, foi conduzido pelos professores do DARQ/UFRN, **Omitido para Revisão Cega** e **Omitido para Revisão Cega**.

Antes de iniciar o roteiro, os professores estimularam os alunos a pensarem, durante o trajeto, em questões-chaves acerca do contexto encontrado no sítio histórico a ser visitado, notadamente: como conter o esvaziamento da região central de forma consciente, visualizando suas potencialidades enquanto espaço público? como reforçar a possibilidade de utilização da área, a partir de outros usos, para além de sua dimensão cultural?; como avaliar e propor soluções para a pressão que as edificações e os empreendimentos de grande porte exercem sobre essa parte da cidade? O ponto de partida da visita deste segundo grupo foi o edifício da Estação Ferroviária, situado no bairro das Rocas.



Figura 4: Percurso das visitas guiadas com ponto de encontro final no círculo vermelho indicado.  
 Fonte: Produção da equipe a partir do Mapa da poligonal do IPHAN-RN, 2012.

Durante o percurso, os guias de ambos os grupos chamaram a atenção para a relação entre a área tombada e a área de entorno e a importância desta última enquanto espaço de transição e amortização. Também foi destacada a relação do Rio Potengi com a cidade, especialmente a partir das ruas e pontos de visadas que permitem a sua visualização e o descortino da paisagem que o envolve no contexto da área central. Observou-se também, alguns problemas de acessibilidade e mobilidade na área: calçadas estreitas, obstáculos ou mesmo a ausência de calçadas fizeram com que, em alguns trechos, os participantes tivessem que circular pelo meio da rua. O grande número de carros estacionados e circulando em algumas áreas também chamaram a atenção do grupo para as especificidades das questões de acessibilidade e mobilidade em áreas históricas tombadas.

A visita também suscitou algumas questões de escala mais ampla, tais como: Como promover o restauro de uma edificação isolada, sem considerar ou promover a correspondente ação no conjunto urbano onde está inserido e que também apresenta considerável estado de degradação?; Como vincular uma ação de requalificação – pontual – a um contexto mais amplo em que esse edifício está inserido, notadamente identificado como uma área popular, a necessitar de propostas urbanas que possibilitem um aumento na qualidade de vida da comunidade?; Quais caminhos a serem seguidos para frear o processo de especulação imobiliária, que já pode ser identificado, nas áreas vizinhas?

Pôde-se identificar e discutir questões como: a relação lote/quadra; os diversos padrões estilísticos encontrados; os estados de preservação/conservação dos edifícios, alguns apresentando nível preocupante; a presença dos becos e travessas, onde foi possível a

retomada da discussão acerca da necessidade de ações que valorizem esses espaços; as possibilidades de valorização das relações visuais entre Ribeira e Cidade Alta.

As caminhadas foram concluídas na Praça Augusto Severo, um dos logradouros públicos mais importantes da poligonal de tombamento, onde se localizam importantes equipamentos públicos, como o Teatro Alberto Maranhão, o Grupo Escolar Augusto Severo, o antigo prédio da Escola Doméstica, o Palacete do Coronel Juvino Barreto (Salesiano) e o Teatro de Cultura Popular Djalma Maranhão (antiga estação rodoviária), um importante espaço de integração entre a Cidade Alta e a Ribeira. O Teatro de Cultura Popular funcionou como ponto de encontro para os grupos da Cidade Alta e da Ribeira, onde além de desfrutar do coofee-break, e depois de entrar em contato com um pouco do patrimônio material da cidade, os participantes puderam apreciar a exposição sobre o patrimônio imaterial de Natal, mais especificamente, sobre manifestações da cultura popular local.

### **3.4 Colocando a mão na massa: Atividades de Atelier - exercícios de projeto arquitetônico e urbanístico**

Nos dias 11/05 e 18/05 foram realizadas oficinas, respectivamente, sobre a Área Tombada e Área de Entorno do Centro Histórico de Natal. As atividades foram organizadas em dois turnos. No turno matutino, a caracterização e diretrizes gerais da área, através de mesa redonda com a participação conjunto do IPHAN, DARQ e convidados. No turno vespertino, as atividades de Ateliê de Projeto com exercícios de intervenção em edificações previamente selecionadas e devidamente caracterizadas através de visitas guiadas e do material fornecido pela coordenação da oficina (fotos, plantas, etc.).

Para as duas áreas foram selecionadas 04 edificações, duas por bairro, segundo critérios como porte, estado de conservação, potencialidades para recuperação, reuso e expansão. Para o bairro da Ribeira foram selecionadas 02 edificações, uma descaracterizada e outra com a possibilidade de nova ocupação sobre o lote. Para o bairro de Cidade Alta, da mesma forma, duas edificações, sendo uma delas degradada, mas íntegra, e outra, de grande porte, com fachadas parcialmente conservadas, porém com o interior bastante modificado e comprometimento do valor patrimonial.

Para cada edificação foi apresentado um programa de necessidades relacionado ao contexto dos usos existentes e previstos pela legislação urbanística incidente sobre o Centro Histórico, especialmente quanto aos parâmetros estabelecidos para a ZEPH, onde estão previstos usos como comércio varejista e prestação de serviços de âmbito local e setorial, institucional e residencial, como aos constantes na Lei de Operação Urbana Ribeira (Lei nº 079 / 2007), adequados a ZEPH, com o estímulo a novos usos, sobretudo nas áreas de renovação urbana, adjacentes ao núcleo histórico, como edifícios-garagem e edifícios residenciais multifamiliares verticais.

A seleção das edificações contemplou os bairros de Cidade Alta e Ribeira, sobre os quais incide a poligonal de tombamento. Para cada caso foi elaborado uma ficha segundo o exemplo abaixo:

<p><b>CIDADE ALTA – Área Tombada</b></p> <p>EXERCÍCIO 02: IMÓVEL NA RUA JOÃO PESSOA COM A SANTO ANTÔNIO.</p> <p>SOLICITADO: PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DE UM ALBERGUE DA JUVENTUDE.</p> <p>PROBLEMATICA: EDIFICAÇÃO DE GRANDE PORTE COM FACHADAS RELATIVAMENTE INTEGRAS (PARTE INFERIOR ALTERADA) E INTERIOR BASTANTE MODIFICADO PREJUDICANDO VALOR PATRIMONIAL DAS FACHADAS. COMO VALORIZAR AS ABERTURAS DA FACHADA SEM DEIXAR DE TIRAR PROVEITO DA POSSIBILIDADE DE MAIS DE DOIS PAVIMENTOS?</p> <p>PROGRAMA BÁSICO: 1. RECEPÇÃO 2. SALA DE ESTAR E TV 3. LANCHONETE / BAR / CAFETERIA 4. SALA PARA INTERNET 5. REFEITÓRIO 6. COZINHA 7. LAVANDERIA 8. QUARTOS (OPÇÃO PARA QUARTO CASAL) 9. WCS COLETIVOS 10. DEPÓSITOS</p> <p>LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: ZEPH / SZ - 1</p>		
		

Figura 5: Exemplo de exercício proposto para a edificação na Cidade Alta.  
Fonte: Elaborado pela equipe, 2012.

As atividades de Ateliê foram desenvolvidas em equipes, cada uma responsável por uma edificação, a partir da aplicação do programa de necessidades proposto para cada uma delas, segundo a adoção de estratégias projetuais, operando conceitos relacionados à renovação e a preservação, e de acordo com as restrições de uso e ocupação legais. Para tanto, no início de cada Ateliê o conjunto de professores, munidos dos quadros de prescrições e condicionantes legais incidentes sobre o perímetro do Centro Histórico e suas poligonais, percorreu cada grupo, visando uma leitura sintética dos parâmetros de uso e ocupação estabelecidos para cada subárea.



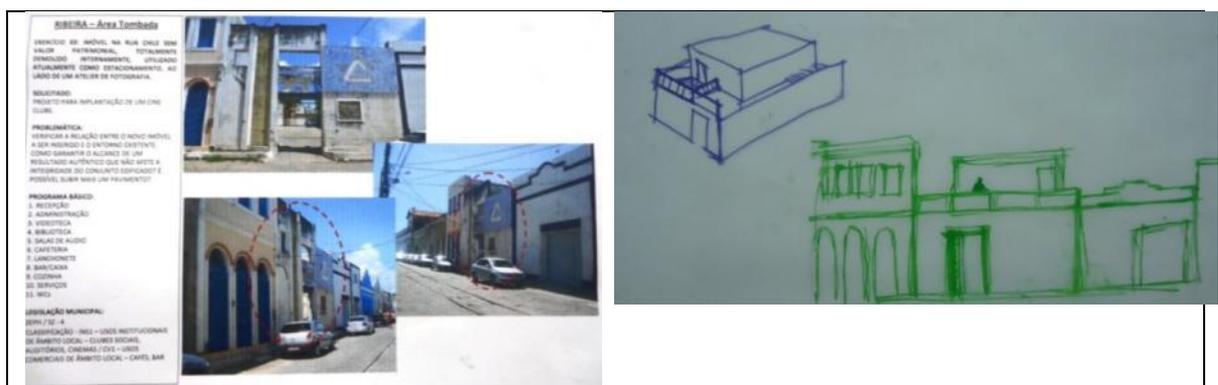
Figuras 6 e 7: Grupos de trabalho durante as atividades de atelier.  
Fonte: Acervo da equipe, 2012.

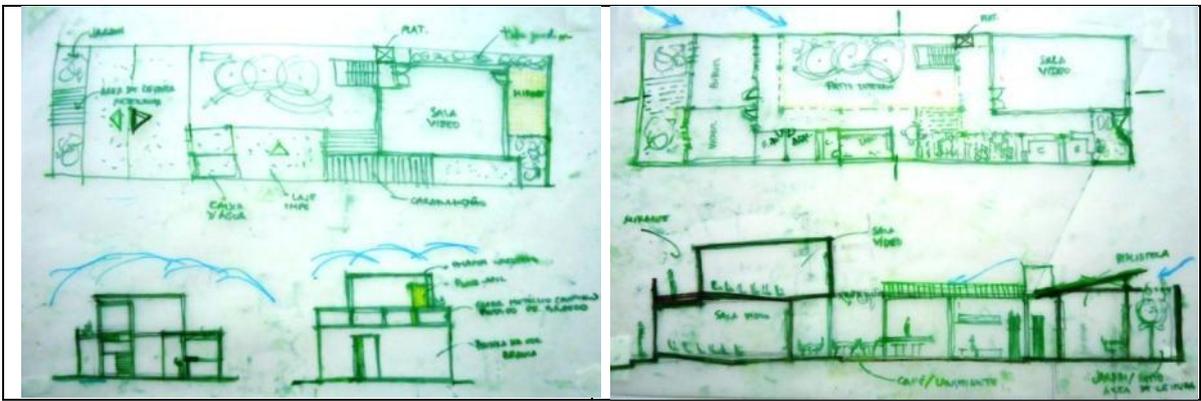
A partir da aplicação da legislação urbanística nos exercícios do Ateliê, surgiram diversas dificuldades no tocante a interpretação das prescrições previstas para a ZEPH, que datam de quase três décadas (remetem ao Plano Diretor de 84), e sua pertinência quanto a situações específicas encontradas. Dizem respeito fundamentalmente aos afastamentos (frente, lateral e fundos), e o gabarito, sobretudo quando pensado em conjunto com a Lei da OUR, que incide hoje sobre parte da poligonal de entorno, onde estão previstos processos de renovação com expressiva verticalização.

Especificamente no interior do perímetro tombado a discussão esteve centrada no gabarito, limitado a 7,5m (dois pavimentos) previsto pela ZEPH, e pela tendência de adequação desse parâmetro por parte do IPHAN e da própria prefeitura, no processo de revisão da OUR ora em curso, na qual se propõe a redução do Coeficiente de Aproveitamento para 1.

Nesse sentido, os exercícios de Ateliê e as reflexões em torno de cenários de intervenção no patrimônio edificado daquele contexto existente, apontam para a necessidade de estudos mais aprofundados e atualizados, aplicados sobre conjuntos urbanos específicos (a exemplo daqueles já identificados pelo Plano de Reabilitação das Áreas Urbanas Centrais - PRAC/RIBEIRA), avaliando novas possibilidades de ocupação, fundamentadas em critérios de projeto previamente definidos.

Os exercícios de projeto foram trabalhados em croquis, procurando enfrentar a questão da adaptação funcional (em planta e cortes esquemáticos), as relações volumétricas da edificação com o entorno imediato, discutindo os elementos passíveis de modificação e o que deveria ser preservado.





Figuras 8, 9, 10 e 11: Exemplo de solução projetual adotada por um dos Grupos de trabalho durante as atividades de atelier. Fonte: Ateliers de projeto – acervo da equipe, 2012.

Todos os grupos, após a definição das soluções, socializaram o resultado com o grande grupo, defendendo a proposta e explicando os motivos para a sua adoção. Este momento gerou uma discussão bastante rica acerca dos limites e possibilidades intervencionista no centro histórico de Natal.



Figuras 12 e 13: Discussão coletiva das soluções projetuais dos GTs nas atividades de atelier. Fonte: acervo da equipe, 2012.

Para os espaços públicos foram selecionadas três áreas para intervenção, sendo duas na Cidade Alta e uma na Ribeira. Para o bairro da Ribeira selecionamos a Avenida Tavares de Lira e o Cais que a conecta com o Rio Potengi. Para o bairro de Cidade Alta, selecionamos a Rua Santo Antônio e o Largo do Rosário. A título de exemplificação, comentaremos a seguir um desses exercícios.

A problematização apresentada para a realização do exercício para a área da Igreja do Rosário e imediação contemplou os seguintes aspectos (conforme ficha apresentada ao grupo – ver figura 14): a perspectiva de valorização da visibilidade / integração do largo da igreja com o Rio Potengi e pedra do Rosário; a necessidade de qualificação espacial do mirante existente defronte ao cruzeiro, bem como do próprio largo; a valorização e Integração da Igreja com o entorno edificado; a verificação / constatação de problemas e proposição de soluções para os aspectos de mobilidade (acessibilidade), considerando as pavimentações existentes de diferentes épocas; a necessidade de proposições com relação à pavimentação e arborização e sua articulação com os eixos estabelecidos.

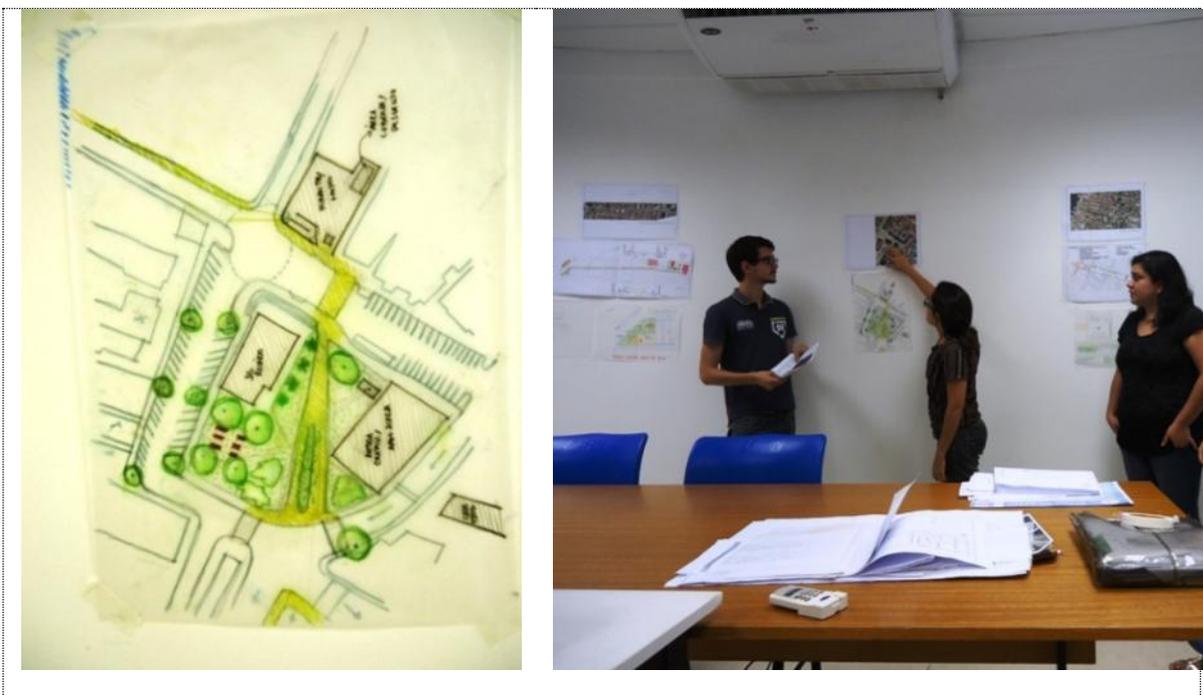
## 1. Largo da Igreja do Rosário:

- Visibilidade / integração com o Rio Potengi e pedra do Rosário;
- Visibilidade integração Rio / Largo do Rosário;
- Qualificação espacial do mirante existente defronte ao cruzeiro;
- Qualificação espacial do largo;
- Integração com o entorno edificado;
- Verificar as questões de mobilidade (acessibilidade) considerando as pavimentações existentes de diferentes épocas;
- Trabalhar pavimentação e arborização e sua relação com os eixos estabelecidos.



Figura 14: Exercício proposto para o Largo da Igreja do Rosário – Cidade Alta.  
Fonte: Google Maps adaptado pela equipe.

A proposta apresentada pelo grupo contemplou os seguintes aspectos: valorização do uso público do espaço pelo pedestre, com a retirada do estacionamento que atualmente ocorre na parte posterior da igreja. No caso, foi proposto um estacionamento concentrado na rua lateral esquerda do referido edifício, bem com a proposição do uso de terreno situado entre a área do Rosário e a Praça André de Albuquerque; a transformação deste espaço de estacionamento em um espaço público com uso destinado à implantação de uma praça para realização de atividades voltadas para a terceira idade; a definição de um percurso (com marcação diferenciada de piso), com o objetivo de valorizar a articulação entre a Igreja, o Largo delimitado pelo Cruzeiro, e o mirante existente à frente a este Cruzeiro, de forma a valorizar, inclusive, a relação visual entre o espaço da igreja / cruzeiro; mirante e o rio Potengi; e a criação de um espaço destinado a museu e centro de informações turísticas, implantado abaixo da laje do mirante (ver figuras 15 e 16).



Figuras 15 e 16: Apresentação da proposta pelo grupo.  
Fonte: Acervo da equipe, 2012.

Como sugestão apresentada pelos professores, foi apontada a necessidade de evidenciar / reforçar as particularidades do espaço, a partir da sua condição histórica, como espaço representativo da produção barroca brasileira. O espaço barroco evidencia a integração entre edifício e entorno, levando em consideração a condição de que o edifício religioso é tratado como foco, como elemento a ser evidenciado na paisagem. Neste sentido, o espaço contíguo à igreja, demarcado pelo Cruzeiro, objetiva a ampliação do espaço sagrado, a articulação entre o espaço sagrado e o espaço profano, reforçando a dimensão da teatralidade, com a construção de um cenário que evidencia esta apreensão.

Neste sentido, a proposição de ampliar o tratamento de piso proposto para o percurso definido entre o mirante a praça que “abraça”, de maneira a abranger tanto o espaço do adro delimitado entre a igreja e o cruzeiro, como o piso do mirante, visa reforçar a ideia de articulação entre o espaço sagrado e o espaço. O resultado deste exercício possibilitou a constatação de que as intervenções podem propiciar propostas que, para além de reforçar aspectos formais dos edifícios e espaços circundantes, valorizem o “caráter” destes espaços, construídos ao longo do processo histórico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um dos principais resultados alcançados com a realização do *Workshop A Norma de Preservação do Centro Histórico de Natal* foi à socialização das informações, que além de promover o intercâmbio entre representantes de diversos setores da sociedade,

proporcionou a reflexão sobre a preservação desse sítio tombado e do seu entorno entre técnicos, acadêmicos e profissionais que atuam na área.

A diversidade do perfil do público alvo permitiu que os representantes dos órgãos explicitassem os seus pontos de vistas sobre o tema e compartilhassem, inclusive, as dificuldades e obstáculos encontrados nas suas áreas de atuação. No processo de discussão ficou evidenciado que a falta de articulação entre os diversos órgãos das três esferas de governo constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de uma política pública efetiva de preservação do Centro Histórico de Natal.

Nesse sentido, o Workshop também funcionou como um espaço de integração e articulação entre os diferentes setores representados, seja dos órgãos dos governos federal, estadual e municipal, representados por técnicos do IPHAN, da Fundação José Augusto e da SEMURB, respectivamente, seja entre estes e a academia, esta representada por alunos e professores da UFRN e do IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte) e da UNP (Universidade Potiguar), contribuindo para o estabelecimento de vínculos e parcerias na direção de uma gestão compartilhada e participativa para o Centro Histórico de Natal.

Se, por um lado, devido à complexidade do tema e à identificação de falhas nas poligonais de entorno e de tombamento, os resultados do *Workshop* se distanciaram dos propósitos iniciais, com vistas à elaboração de uma Norma de Preservação, por outro, apontaram para a necessidade de uma discussão mais ampla, que envolveu outros aspectos igualmente importantes, que contribuem para a preservação do Centro Histórico, e que estão associados ao planejamento e a gestão compartilhada e democrática. Nesse sentido, ficou claro que os estudos sobre a área precisam ser aprofundados, de forma a subsidiar uma possível revisão da poligonal de tombamento e do entorno. Tais preocupações foram materializadas num documento síntese que se denominou a Carta do *Workshop*, cuja principal recomendação consiste na indicação à implantação do Comitê Gestor, que deverá ser formado por representantes de diversos setores da sociedade, como forma de garantir a gestão democrática da área.

Tendo em vista que a educação patrimonial faz parte de um processo contínuo e é deve ser fruto de discussões e decisões democráticas, espera-se que o debate acerca da preservação do Centro Histórico de Natal continue. Para tanto, outros espaços de discussão no formato do workshop devem ser estimulados e realizados com periodicidade regular. Estes devem ser pautados por temas como Integração, socialização de informações contemplando a diversidade de interesses; Complexidade das intervenções em áreas históricas, considerando a heterogeneidade dos tecidos urbanos; Consolidação da ZEPH e diálogo entre as diferentes legislações incidentes sobre a área; Necessidade de aprofundamento dos estudos sobre a área, com vistas á Conservação Integrada; Ações de mobilidade e acessibilidade, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

BARRETO, Euder Arrais; ZARATIM, Joel Ribeiro; FREIRE, Lídia Freire; BEZERRA, Márcia; CIAXETA, Maria Joana Cruvinel; D'OSVUALDO, Vera Lúcia Abrantes (org.). *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. Goiânia: UFGO, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CASCO, Ana Carmem Amorim Jara. *Sociedade e Educação Patrimonial*. Revista eletrônica do IPHAN, no. 3 – jan/fev, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>>. Acesso em: 15/07/2012.

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acessado em 16/07/2012.

*Educação Patrimonial – Programa Mais Educação*. Brasília: MEC-IPHAN, 2011. Disponível em <http://educacaopatrimonial.wordpress.com/2012/03/20/mec-e-iphan-disponibilizam-publicacao-que-promove-a-educacao-patrimonial-nas-escolas-brasileiras/>. Visitado em 22-03-2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio no Brasil. In: *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN; 1997.

GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (orgs). *Cidade Educadora: princípios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Ciudades Educadoras America Latina, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN e Museu Imperial. 1999.

IPLANAT/PMN. Lei 3.175/84 – dispõe sobre o Plano de Organização Físico Territorial do município de Natal. Natal, : IPLANAT/PMN, 1984.

MELO, Carina Mendes dos Santos; SILVA FILHO, Romero de Oliveira e (org.). *Centro Histórico de Natal*. Natal: IPHAN, 2007.

NATAL. Prefeitura Municipal de. Lei 07/94 – dispõe sobre o Plano Diretor de Natal. Natal, : SEMURB/PMN, 1994.

NATAL. Prefeitura Municipal de. Lei nº 3.942 /1990 – Dispõe sobre a Zona Especial de Preservação Histórica – ZEPH. NATAL: IPLANAT / DOM, 1990.

NATAL. Prefeitura Municipal de. Lei nº 4.069 /1992 – Dispõe sobre a Zona Especial Portuária - ZEP. NATAL: IPLANAT / DOM, 1992.

NATAL. Prefeitura Municipal de. Lei Complementar nº 079 /.2007 – Dispõe sobre a Operação Urbana Ribeira – OUR. Natal: Semurb / DOM, 2007.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. *Educação Patrimonial no IPHAN*. Brasília: Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública. 2011.

SEMURB / IBAM, 2010. Proposta de regulamentação da Operação Urbana Consorciada para o Centro Histórico. Natal: SEMURB / IBAM, 2010.

UFRN. Análise Físico Ambiental do bairro da Ribeira e inventário das edificações de interesse patrimonial. Natal: Trabalho de graduação do 7º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

UFRN. Análise Físico Ambiental do bairro da Cidade Alta e inventário das edificações de interesse patrimonial. Natal: Trabalho de graduação do 7º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

UFRN/FUNPEC. Plano de Reabilitação do Bairro da Ribeira. Natal: UFRN, 2005

YOGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. 6ª Edição.- São Paulo: Martins Fontes, 1998.

---

<sup>1</sup> Em 23 de julho de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o Edital de Notificação do Tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Natal, mais conhecido como Centro Histórico de Natal, e em 09 de dezembro de 2010, o pedido de tombamento do Centro Histórico de Natal foi apreciado e aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

<sup>2</sup> Trata-se de um programa de extensão universitária promovido pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Educação, por intermédio da SESu/DIFES, e em parceria com vários ministérios. Destina-se às Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior que podem apresentar propostas de desenvolvimento de programas e projetos no âmbito da extensão universitária em várias áreas do conhecimento. Entre as linhas de ação, encontra-se a linha de número 10: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para qual foi submetida uma proposta de programa de extensão.

<sup>3</sup> Primeiro presidente do IPHAN, atuando por mais de 30 anos no Serviço do “Patrimônio Nacional”.

<sup>4</sup> Ver: HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN e Museu Imperial. 1999.

<sup>5</sup> Luiz Antônio Bolcato Custódio lembra esta máxima da direção de Aloísio Magalhães no texto Educação Patrimonial: experiências. In: BARRETO, Euder Arrais; ZARATIM, Joel Ribeiro; FREIRE, Lídia Freire; BEZERRA, Márcia; CIAXETA, Maria Joana Cruvinel; D’OSVUALDO, Vera Lúcia Abrantes (org.). *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. Goiânia: UFGO, 2008. P.24.

<sup>6</sup> Em 2009, foi estruturada a Coordenação de Educação Patrimonial - CEDUC.

<sup>7</sup> Oficial e publicamente, esse entendimento apresenta-se para a sociedade brasileira na página 5 do primeiro fascículo da atividade Educação Patrimonial do Programa Mais Educação. Confira este documento em: <http://educacaopatrimonial.wordpress.com/2012/03/20/mec-e-iphan-disponibilizam-publicacao-que-promove-a-educacao-patrimonial-nas-escolas-brasileiras/> visitado em 22-03-2012.

<sup>8</sup> Entendemos *campo* segundo a perspectiva desenvolvida por Pierre Bourdieu em O Poder Simbólico (2004).

<sup>9</sup> O formato final do evento, incluindo cronograma (um dia por semana durante quatro semanas) e forma de participação foi resultado da acomodação da proposta inicial com as propostas dos setores técnicos dos órgãos públicos envolvidos, de modo a permitir a participação dos técnicos dos órgãos estaduais e municipais, contribuindo assim para a aproximação entre os órgãos das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), a academia e os profissionais liberais que atuam na proteção do patrimônio cultural e na elaboração de planos e projetos para a área do Centro Histórico de Natal. Além disso, o formato, com intervalos entre os encontros semanais, proporcionou um tempo maior para assimilação e reflexão das discussões realizadas durante as atividades.

<sup>10</sup> As discussões também se fundamentaram nos trabalhos produzidos pelos professores e alunos do curso de arquitetura e urbanismo da UFRN, notadamente os realizados no âmbito da Base de Pesquisa de Morfologia e Usos da Arquitetura (MUsA) e no 7º Período.

<sup>11</sup> A instituição da ZEPH cumpriu determinação do Plano Diretor de 1984, que incorporou as primeiras referências de proteção dos sítios históricos para Natal. Em 2006, o IPHAN iniciou os estudos para o tombamento do Centro Histórico de Natal, que resultou na proposta de delimitação da poligonal de tombamento, concluída em 2008 e aprovada em 2010. Durante as décadas de 1990 e 2000 as discussões da proteção dessa área estiveram

---

centradas no bairro da Ribeira, fato que pode ser comprovado na evolução do marco normativo, onde se identifica apenas a aprovação da lei que institui a Operação Urbana Ribeira em 1997 e revisada em 2007.

<sup>12</sup> A proposta foi concluída em 2010 e encontra-se, ainda, em fase de discussão pública.

<sup>13</sup> A atividade foi realizada no Auditório do Campus Natal – Cidade Alta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. As palestras foram proferidas pela arquiteta Luana Honório Cruz (Iphan/RN) e o arquiteto João Galvão do Nascimento (professor do IFRN e técnico da SEMURB).

<sup>14</sup> Nesse resumo foi apresentada, especialmente a evolução da proteção dos bairros da Ribeira e da Cidade Alta, a partir da ZEPH (1990) e lei de Operação Urbana Ribeira (OUR – 1997 e 2007).

<sup>15</sup> Este edifício foi restaurado pelo IPHAN-RN entre os anos de 2008 e 2009.